

Um olhar sobre as decisões do TJ/RS sobre direitos humanos fundamentais na área cível no período TJ/RS (2013-2018)

Lísia Rodrigues Flores

Universidade La Salle

Denise da Conceição Schirmer

La Salle

Jacson Gross

La Salle

Daniela Mesquita Leutchuk de Cademartori (Co-orientador)

Antonio Carlos Wolkmer (Orientador)

A pesquisa tem natureza jurídico-política e versa sobre o tema dos Direitos Humanos. Possui recorte territorial, a área de abrangência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e temporal, as decisões proferidas no período de 26/04/2013 a 26/04/2018 e disponibilizadas no sítio do TJ/RS. Tem como objetivo analisar a percepção do TJ/RS sobre os direitos humanos fundamentais na área cível, nos casos de superlotação carcerária. O tema revela que seu processo merece desenvolvimento de forma humanizada para proteção das pessoas privadas de liberdade. A pesquisa desenvolveu-se em dois momentos, por uma abordagem metodológica mista, primeiro pelo mapeamento em quantidade, segundo de forma qualitativa no estudo dos acórdãos, permitindo o aperfeiçoamento e o prosseguimento da pesquisa intitulada: Posicionamento das câmaras cíveis e criminais do TJ/RS em relação aos Direitos Humanos. Desse modo, com o levantamento obtido, fez-se a filtragem dos acórdãos e obteve-se 28 decisões que caracterizaram o dever de indenizar por danos morais face a conduta omissiva e a deficiência do sistema penitenciário e, 37 decisões que não configuraram a responsabilidade civil do Estado. Desta forma, apurou-se o nível de emprego das normativas internacionais na fundamentação dos acórdãos, garantindo maior efetividade aos direitos humanos quando usados os sistemas de Proteção dos Direitos Humanos da ONU e da OEA. Como resultado percebe-se que o conhecimento em matéria de direitos humanos aprimoram a tutela jurisdicional. Essa reflexão é produzida junto ao Grupo de Pesquisa: Pluralismo e Direitos Humanos: diálogos transfronteiriços e envolvem tanto as linhas de pesquisa sociedade e fragmentação do direito quanto da efetividade do direito na sociedade.